

2º Congresso Português de Sociologia

Apresentação

O 2º Congresso Português de Sociologia, realizado de 5 a 7 de Fevereiro de 1992, na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa, reuniu um número muito elevado de comunicações, com origens em áreas temáticas diversificadas, retratando um panorama da actual pesquisa sociológica portuguesa.

É, justamente, a ideia de um retrato que está subjacente à organização deste dossier. Assim, para além da importante contribuição de José Madureira Pinto com o texto do seu Discurso de Abertura, que nesta revista figura como artigo, organizou-se um conjunto de textos que, de forma necessariamente sucinta, dá conta dos trabalhos desenvolvidos no Congresso.

Com excepção do Grupo III, dedicado ao tema "Estado e Sociedade - instituições, políticas, práticas", sobre o qual não foi de todo possível obter um comentário, todos os outros grupos e sessões plenárias foram objecto de apresentações comentadas, que agradecemos aos autores.

Sessão Plenária: "Sociologia e modernidades"

Pierre Guibentif (ISCTE)

Tinham sido convidados para esta primeira sessão de trabalho do congresso, depois dos discursos de abertura, os Professores António Teixeira Fernandes, José Madureira Pinto e Boaventura de Sousa Santos. Lisboa, que hospedava o congresso, deixou a primeira palavra a oradores de outras cidades universitárias. António Teixeira Fernandes privilegiou, como ponto de partida da sua reflexão, a forma plural do termo "modernidades" no título da sessão, e enunciou os desafios metodológicos dirigidos à sociologia pelas recentes transformações das nossas sociedades. Advogou, face ao pluralismo das manifestações sociais, o pluralismo dos métodos de investigação, e face à fragmentação das realidades sociais a importância de um esforço de síntese teórica susceptível de contribuir para a constituição de mediações entre os níveis micro-social e macro-social. José Madureira Pinto posicionou-se face às críticas "pós-modernas" evocadas pelo título da sessão, optando por uma valorização serena do património intelectual das ciências sociais. Entre outras, a sociologia do conhecimento e a etnometodologia tinham antecipado em muitos pontos o debate que suscitou, nomeadamente, a publicação da obra de Lyotard : identificaram já há décadas os particularismos cognitivos que fragmentam as sociedades do nosso século. Não conviria, assim, desprezar o

trabalho feito. Trata-se, pelo contrário, de o desenvolver, evitando opções teóricas demasiado radicais e continuando pacientemente o trabalho de observação no terreno. Boaventura de Sousa Santos recordou as ambivalências que caracterizam a última década e exortou os sociólogos, face a estas ambivalências, a reflectir as suas perplexidades. Que atitude tomar, quando muitos das hipóteses que foram desenvolvidas pelas ciências sociais (revalorização do simbólico, transnacionalização, desterritorialização, regresso do indivíduo, tendências da democratização) se encontram radicalmente postas em causa por recentes evidências históricas? Impõe-se assim identificar as insuficiências do trabalho actual de pesquisa sociológica e, mais uma vez, reflectir a posição social do sociólogo. No breve período de debate que se seguiu, os três oradores tiveram a oportunidade de precisar as suas posições. Embora não se tenha assistido propriamente a um diálogo entre os membros da mesa, ganhou maior visibilidade a distância entre a atitude de aposta na metodologia defendida por António Teixeira Fernandes e por José Madureira Pinto, por um lado, e, por outro lado, a opção mais radical de Boaventura de Sousa Santos, que insistiu numa prática da sociologia sempre acompanhada de um questionamento radical do papel que a modernidade pretendeu atribuir aos que se designaram como sociólogos. Trocas mais imediatas entre os oradores (que o "plenário" como situação específica nem sempre facilita) talvez tivessem feito ressurgir certas proximidades. A recusa, por José Madureira Pinto, de uma metodologia que se assumisse como um mero conjunto de cânones, e a importância dada, na interacção entre os observadores do social, ao processo de invenção das hipóteses, podiam ser interpretadas como um apelo a uma prática transgressiva da sociologia, embora sempre prudente nos seus procedimentos e modesta nas suas conclusões. Resta perguntar por que razão este plenário, bem como os outros, teve lugar numa sala que manifestamente não tinha capacidade suficiente para acolher todos os participantes no congresso. Poderia dizer-se que os plenários do congresso foram uma oportunidade de experimentar fisicamente a estreiteza do lugar do sociólogo - considerado individualmente - no escasso mercado da disciplina. Ora, se entre as funções de um congresso figura a reflexão sobre as dificuldades de uma profissão, seria desejável que este congresso também seja uma oportunidade de se distanciar - para não dizer de descansar - de tais dificuldades...

Sessão Plenária: "Prática sociológica, profissão, deontologia"

Fernando Luis Machado (ISCTE)

Tal como no seu 1º Congresso, em Janeiro de 1988, a Associação Portuguesa de Sociologia entendeu, uma vez mais, dar lugar de relevo à análise e discussão de questões relacionadas com o exercício profissional da sociologia, reservando para esse fim uma das três sessões plenárias do 2º Congresso Português de Sociologia. De notar a evolução registada, entre os dois congressos, quer nos termos em que o debate sobre a profissionalização é colocado quer nos horizontes de referência partilhados por aqueles que intervêm nesse debate. Há quatro anos atrás, o tom geral da discussão era marcado pelo questionamento das próprias perspectivas de entrada dos licenciados em sociologia no mercado de trabalho, perspectivas que muitos encaravam com cepticismo ou mesmo descrença. Hoje, é não só mais largo o espectro de papéis profissionais desempenhados pelos sociólogos, como é também maior a visibilidade que sobre eles se tem, e embora não esteja esgotada a questão das perspectivas e das dificuldades de profissionalização, o eixo do debate deslocou-se do plano dos constrangimentos à prática da sociologia para o plano das implicações sociais do alargamento e diversificação dessa prática.

Tendo em vista dar substância e contornos definidos a esse debate, a Secção do Campo Profissional da Associação Portuguesa de Sociologia pôs à discussão uma proposta de Código Deontológico, previamente distribuída aos congressistas, e solicitou aos participantes na sessão plenária, intitulada "Prática sociológica, profissão, deontologia", que a tomassem como objecto de reflexão.

O documento proposto é um texto de carácter sintético (com um total de trinta e seis enunciados), e enuncia um conjunto de princípios orientadores da conduta profissional, mais do que a sua estrita e pormenorizada regulamentação. Compreende, para além do preâmbulo, sete secções: "Prática da Sociologia", secção onde está contido o núcleo das formulações do Código, "Recolha de Informação", "Relações Profissionais", "Ensino e Orientação", "Autoria e Publicações", "Relações entre Colegas" e "Conselho de Deontologia".

Na mesa da sessão participaram António Brandão Moniz, docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e formador e consultor de empresas industriais, Joaquim Quitério, docente da Universidade de Évora, Manuel Seca Ruivo, actualmente Director do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração de Aveiro e consultor de empresas e António Firmino da Costa, docente do ISCTE, que apresentou a proposta de Código Deontológico, em nome do grupo de trabalho que a elaborou.

António Brandão Moniz, o primeiro a intervir, relacionou a necessidade de reflexão deontológica com o crescimento e a diversificação dos papéis profissionais da sociologia, assinalando o aparecimento de uma nova capacidade de intervenção dos sociólogos, nomeadamente nas empresas industriais. A própria identidade profissional dos sociólogos é modificada, já que está em causa não só

o estudo de determinados sistemas ou grupos profissionais, mas a intervenção nas próprias relações de trabalho e no tecido social dessas empresas.

Deste modo, a quem faz consultoria ou intervenção nas empresas não pode deixar de se colocar o problema de saber que valores adoptar no curso do exercício profissional, tendo Brandão Moniz sustentado que a importância de um Código Deontológico estará não tanto na sua força de controle, mas na capacidade de avaliação das consequências da intervenção dos sociólogos.

Para Joaquim Quitério, o aparecimento de um código constituirá mais um passo na afirmação da sociologia como disciplina socialmente necessária e dos sociólogos como grupo profissional idóneo e qualificado. Embora tenha considerado a proposta globalmente boa, chamou a atenção que um tal documento deve ser objecto de constante crítica e aperfeiçoamento, entendendo-o, tal como Brandão Moniz, mais como instrumento de socialização do que instrumento de controle.

Particular destaque foi dado, na intervenção de Joaquim Quitério, à deontologia no exercício da prática docente e à deontologia na relação dos sociólogos com a própria sociologia. No primeiro caso, apoiou o enunciado da proposta em que é manifestada preocupação com a formação dos alunos no plano da ética profissional e deu como exemplo de comportamento pouco ético as situações em que docentes ocultam as suas fontes bibliográficas dos alunos. Quanto à relação dos sociólogos com a disciplina que praticam, Joaquim Quitério considerou-a como a área em que é mais difícil a explicitação de princípios éticos (dificuldade que no seu entender a proposta de código não resolve completamente), tendo denunciado, particularmente, o que chamou a "atitude gigôlô" daqueles sociólogos que se servem da sociologia sem a servirem.

Manuel Seca Ruivo procurou confrontar a proposta de código com a experiência profissional dos sociólogos no sector empresarial e com o facto de, para garantirem a competitividade das empresas em que estão implicados, os sociólogos terem indispensavelmente de intervir no "sub-sistema cultural" dessas empresas.

Para Seca Ruivo um tal papel profissional coloca no centro da análise o enunciado do código em que é referida a responsabilidade do sociólogo "tanto perante os empregadores como perante os grupos sociais alvo de pesquisa e de intervenção". Numa conjuntura em que a competitividade das empresas passe pela redução dos efectivos, como no entender de Seca Ruivo é a actualmente vivida por muitas unidades empresariais, os sociólogos não deixarão de se confrontar com situações de conflito entre "a sociologia e a sociedade".

Um outro eixo de reflexão, relacionado com o problema anterior mas que não se esgota nele, é o dos processos de mudança desencadeados pela intervenção dos sociólogos nas empresas, quer ao nível das relações de poder quer ao nível da reapropriação e da delimitação dos saberes. Aqui, três enunciados estiveram sob crítica. Um diz respeito à recolha de informação dentro da empresa e ao cuidado que deve ter o sociólogo, dado que está envolvido em redes de relacionamento profissional quotidiano, com a salvaguarda "do direito das pessoas à privacidade e ao anonimato... e à confidencialidade de informações e resultados". Para o

conseguir, torna-se fundamental respeitar um outro enunciado, que é o da explicitação, por parte dos sociólogos, da natureza, objectivos, procedimentos do seu trabalho, junto daqueles que lhe fornecem informação. Sem essa explicitação, e sem a construção de "cumplicidades" que ela implica, o papel de "catalizador da mudança" do sociólogo dentro da empresa não é possível. Finalmente, Seca Ruivo criticou o enunciado que sustenta não poderem os sociólogos, uma vez concluídos estudos ou intervenções, ser responsabilizados por posteriores utilizações desses trabalhos por parte das entidades contratantes, uma vez que isso ilibaria os sociólogos de efectivas responsabilidades sobre as consequências da sua prática profissional.

Na última intervenção da mesa. António Firmino da Costa começou por referir ter sido preocupação do grupo de trabalho que elaborou a proposta não dissociar os princípios deontológicos dos sociólogos das próprias aquisições cognitivas da sociologia, procurando, pelo contrário, incorporar no código uma postura de auto-reflexividade sociológica.

Referiu, depois, os quatro princípios fundamentais que presideram à formulação do código: responsabilidade, quer para com a sociologia quer para com a sociedade; competência, ou seja, o exercício de uma prática profissional baseada em competências específicas; autonomia, no sentido de que o exercício da sociologia deve reger-se por critérios e procedimentos próprios da profissão e distintos de outras profissões; e auto-adesão, significando que não se deve pretender impôr o código aos sociólogos, mas esperar que a ele adiram por o reconhecerem como útil.

Finalmente, chamou a atenção para o facto de a relação entre certos enunciados basilares do código não deixar de estar imbuída de alguma contraditoriedade, e que isso, mais do que um mero problema de formulação, se deve à própria natureza do exercício profissional da sociologia. É o caso do conflito que pode surgir entre o princípio da divulgação de procedimentos e resultados e o princípio do respeito pela privacidade e anonimato dos informantes, questão já levantada, aliás, pela intervenção de Seca Ruivo; é, também, a situação em que o sociólogo se defronta com responsabilidades simultâneas face a contratadores e grupos alvo de pesquisa ou intervenção, cujos interesses não são sempre coincidentes.

As intervenções da assembleia que se seguiram, e os comentários adicionais que essas intervenções suscitaram aos participantes da mesa, incidiram umas sobre questões de fundo colocadas pela proposta de código deontológico, outras sobre alguns enunciados em particular. Foi discutido, por um lado, se a adopção de um código deontológico deveria ou não implicar mecanismos de fecho corporativo da classe e foi destacada aquilo que um dos participantes chamou a "ruptura com o paradigma" que opunha os profissionais de sociologia aos sociólogos. Por outro lado, certos enunciados do código levantaram, entre outras, as seguintes questões: o conflito entre o princípio da voluntariedade do fornecimento de informação ao sociólogo e as situações de pesquisa em que metodologicamente só se pode obter resultados "surpreendendo" os informantes; os constrangimentos à autoria dos sociólogos e à sua possibilidade de utilizar e divulgar metodologias e resultados face aos direitos das instituições empregadoras; o princípio da competência que o

sociólogo deve respeitar perante os empregadores e a "insegurança" dos recém licenciados junto do mercado de trabalho e, ainda, aspectos relacionados com a composição e as funções do previsto Conselho de Deontologia.

Sessão Plenária : "A Sociologia e as perspectivas de desenvolvimento"

Teresa Patrício (ISCTE)

O 2º Congresso Português de Sociologia dedicado ao tema de "Estruturas Sociais e Desenvolvimento" achou por bem terminar os três dias de trabalho com uma sessão plenária sobre "A sociologia e as perspectivas de desenvolvimento". A comissão organizadora convidou os professores João Ferreira de Almeida (ISCTE/ICS), Afonso de Barros (ISCTE), Manuel Villaverde Cabral (ICS) e Augusto Santos e Silva (Universidade do Porto) a proferirem as comunicações finais do congresso. Embora as comunicações apresentadas se desenvolvessem de formas diferentes, privilegiando aspectos distintos da problemática do desenvolvimento, todas elas começaram por questionar o título e tema da sessão, iniciando assim uma reflexão sobre a articulação entre a sociologia e o desenvolvimento. Articulação, essa, que variou desde uma maior assemelhança entre o desenvolvimento da sociologia e o da sociedade (Villaverde Cabral), passando por uma incerteza sobre a natureza do próprio desenvolvimento (Ferreira de Almeida), até ao contributo da sociologia ao desenvolvimento no âmbito da intervenção sociológica (Afonso de Barros) e finalmente, a proposta de que a sociologia pode oferecer matéria de análise e prospectiva sobre o desenvolvimento (Santos Silva). Interrogações gerais sobre a utilidade ou aplicabilidade da sociologia levaram os participantes a desenvolverem logicamente argumentos diferenciados.

As apresentações da sessão frequentemente referiram ou utilizaram a existência de dualismos nos estudos realizados sobre o desenvolvimento. Por vezes os trabalhos sociológicos privilegiam estudos parcelares e localizados em contraste com teorias globalizadoras (ao estilo do sistema-mundo) do desenvolvimento, outras vezes a sociologia faz uma profunda distinção entre análises e estratégias do desenvolvimento. A identificação das causas e das consequências do desenvolvimento tem sido uma frequente preocupação dos sociólogos. O balanço das contribuições da sociologia sobre o desenvolvimento levou Ferreira de Almeida a salientar algumas preocupações actuais no estudo do desenvolvimento com a assimetria do conhecimento descritivo sobre o explicativo, a preocupação com a convergência positiva, as ambíguas estratégias de intervenção, e o hiato entre a realidade e a teoria. A discussão sobre o contributo da sociologia permitiu articular a sociologia com as outras ciências sociais, referida sempre como benéfica, cuja complexidade tem historicamente e frequentemente encontrado uma interdisciplinaridade na sociologia do desenvolvimento. Mas não é só a nível empírico no

trabalho de campo, é também a nível teórico, que o intercâmbio do sociólogo com outras especialidades é possível, desejável e enriquecedor (a destribalização da comunidade sociológica como referiu Santos Silva). Ferreira de Almeida referiu que o percurso da sociologia na temática do desenvolvimento tem manifestamente passado por alguns equívocos como a procura da pureza sociológica, o síndrome de Zelig, e o síndrome de esquerda ou de uma sociologia empenhada. A utilidade ou a funcionalidade da sociologia no campo do desenvolvimento passa por conhecer melhor a realidade para poder melhor servir a sociedade. Para esse fim, é necessário informar e melhorar a reflexividade, localizar e definir a agenda, construir a ementa, e finalmente, assegurar objectos acumulativos.

A reivindicação de uma maior intervenção da sociologia no campo do desenvolvimento, proposta avançada por Afonso de Barros, pretende desenvolver a função profissionalizante da sociologia. O desenvolvimento tornou-se num facto socialmente explícito e desejável, exigindo a gestão social do desenvolvimento para configurar perspectivas de desenvolvimento a nível organizacional, regional, local, e ambiental. Na sua dimensão social, o desenvolvimento exige uma gestão integrada e participada, para a qual os sociólogos estão particularmente vocacionados.

Segundo Santos Silva a contribuição da sociologia para programas de desenvolvimento será feita através do aprofundamento de três componentes: a crítica, a formativa e a prospectiva. Será, pois, através duma operação de recuo e distanciamento analítico que os sociólogos problematizam, mas, é só através da investigação sociológica que a sociologia pode oferecer um diagnóstico flexível. Santos Silva focou a sua análise em dois campos do desenvolvimento considerados como particularmente importantes para a sociologia portuguesa, o organizacional e o comunitário, identificando quatro desafios para os sociólogos: desenvolver novos princípios, instrumentos e resultados de investigação sociológica, de modo a interrelacionar processos de mudança e inovação com processos de reprodução social; aperfeiçoar as estratégias metodológicas de forma a contribuir para a relação entre intervenção sociológica e investigação sociológica; procurar a destribalização da comunidade sociológica; e finalmente, desenvolver a capacidade de transmitir e comunicar com o público os princípios, os métodos e os resultados da sociologia. Manuel Villaverde Cabral aproveitou o tema da sessão para propor um conceito de desenvolvimento fortemente influenciado por recentes trabalhos de teoria dos sistemas sociais como sistemas auto-referenciados. Deu exemplos sugestivos do potencial inovador deste quadro conceptual na abordagem do desenvolvimento, interrogando-se sobre as implicações da reflexividade do desenvolvimento (o desenvolvimento é simultaneamente social e sociológico) e sublinhando que o observador deve centrar a sua atenção já não nos factores, mas nas consequências do desenvolvimento. Questionou em particular, aprofundando considerações publicadas poucos dias antes do congresso ("A ciência da sociedade", Diário de Notícias de 27 de Janeiro), as consequências que podem ter para uma sociedade nacional, num contexto em que o desenvolvimento se revela como estrutura de uma sociedade mundial única, as deficiências dos seus mecanismos de

reflexividade. A discussão final da sessão levou os intervenientes a discutir, entre outros aspectos, a utilidade de enquadramentos macroteóricos como o sistema-mundo e a (in)existência duma distinção entre a sociologia básica e a sociologia aplicada. Mostrando, mais uma vez, que o desenvolvimento da sociedade e o da sociologia passam por percursos complexos mas cruzados.

Grupo I: "Internacionalização das trocas, mediatização da sociedade, novas formas discursivas"

Pierre Guibentif (ISCTE)

Segundo o que já se podia depreender do programa do congresso, os trabalhos deste grupo dividiram-se em dois períodos, dedicados sucessivamente ao tema "Internacionalização das trocas" (dia 5 de Fevereiro, à tarde) e ao tema "Mediatização da sociedade e novas formas discursivas" (dia 6 de Fevereiro, de manhã). A tarde do dia 5 decorreu segundo o programa anunciado, sob a coordenação de Carlos Fortuna. João Arriscado Nunes, sob o título "Polanyi revisitado: modos de regulação, inovação tecnológica e contra-movimento protector na era do capitalismo desorganizado" recordou que as críticas tecidas há quase meio século por Polanyi às representações dominantes do sistema capitalista continuam pertinentes. Em particular, a hipótese dos contra-movimentos protectores obriga-nos a dedicar mais atenção às lógicas locais que relativizam qualquer diagnóstico de "globalização" que a sociologia se atreva a formular. Abordando concretamente o caso português, a pergunta formulada por Jochen Oppenheimer era "Fluxos financeiros externos para Portugal - Haverá governos mais beneficiados do que outros?" Quaisquer que sejam as respostas directas a esta pergunta frontal, e que eram em parte sugeridas pelos quadros detalhados que foram apresentados, o propósito da comunicação era, antes de mais, evidenciar as dificuldades metodológicas e epistemológicas que levanta o relacionamento entre as esferas da economia e da política. Finalmente, Juan Luis Pintos de Cea-Naharro, da Universidade de Santiago de Compostela, falou da relação entre "Nova ordem social internacional e imaginários sociais". Em contraste com a ambiciosa amplitude do tema, esta comunicação concluiu-se num apelo a um minucioso trabalho empírico sobre o impacte das dinâmicas globais no mundo vivido das pessoas. Trabalho empírico que constitui a melhor defesa contra as novas generalizações propostas por diversos autores bem promovidos no mercado internacional das ideias. Infelizmente, houve pouco tempo para debater estas três primeiras comunicações, e muito menos ainda para tentar relacionar entre si três abordagens tão distintas do tema dessa tarde.

O programa da manhã seguinte sofreu diversas alterações em relação ao programa anunciado. Sob a coordenação de José Manuel Paquete de Oliveira foram apresentadas sucessivamente oito comunicações. O horário, assim bastante aper-

tado, apenas permitiu algum debate no seguimento da última comunicação. Um primeiro grupo de quatro comunicações, bastante homogéneo, abordou o campo específico da comunicação social. Maria Antonia Arias Fernandez, sob o título générico "Processos eleitorais, cultura política e comunicação política", deu conta de uma pesquisa sobre um caso muito concreto: o papel da televisão na campanha do plebiscito de 1988, no Chile. Mais teórica, a comunicação de Milagros Dominguez Juan - "Os efeitos da comunicação no contexto social" - esboçou um conceito de efeito da comunicação social baseado no paradigma da mediação entre contextos de produção e contextos de recepção, com o objectivo de ultrapassar uma noção demasiado estreita de efeito sobre o receptor. José Manuel Paquete de Oliveira apresentou uma "análise parcelar" dos "produtores de opinião pública" em que se debruçou sobre a situação dos jornalistas num contexto de reestruturação tecnológica e económica do sector da comunicação social. Esta comunicação constituía de certa maneira o pano de fundo teórico da comunicação de Luis Garcia e José Castro: "Os produtores de opinião pública: Da reconfiguração social à estratificação interna". Nesta comunicação, tentou-se, na base de um inquérito feito aos jornalistas, identificar as representações divergentes que têm os jornalistas do grupo social que constituem. Estas representações distribuem-se entre dois pólos: num extremo, vêem-se como grupo profissional (o que corresponde a estratégias sindicalistas do grupo social), no outro, como grupo de *status* (o que corresponde ao esforço de afirmar o grupo através da figura de uma ordem semelhante à dos médicos ou dos advogados).

Depois de um breve intervalo, retomaram-se os trabalhos com uma comunicação de Margarida Marinho e Délia Neves dando conta de um trabalho empírico sobre o papel da comunicação social no processo de renovação urbana do Bairro Alto. João Pissarra Esteves apresentou os resultados de uma reflexão teórica sobre as virtualidades dos conceitos propostos por versões recentes da teoria da comunicação (Habermas), em particular face às limitações que impunha a relação imediata entre razão e emancipação na teoria crítica clássica (Horkheimer/Adorno). Estudos empíricos, que poderiam incidir em particular nos processos de socialização, poderiam mostrar melhor a plausibilidade dos modelos derivados da teoria da comunicação. Rui Brites Silva falou do "Marketing social na promoção da saúde", introduzindo este conceito e apresentando sumariamente os resultados de uma operação concreta neste domínio. Finalmente, José Rebelo, sob o título "A teoria do duplo corpo de Ernest Kantorowicz: contribuição para o estudo da génese e do desenvolvimento do salazarismo", propôs uma sugestiva descodificação do discurso salazarista, a partir da metáfora do corpo. O breve debate que seguiu esta comunicação, com intervenções de Manuel Braga da Cruz e de Moisés Lemos Martins, demonstrou que a abordagem aqui proposta representa uma contribuição inovadora para o debate sobre o Salazarismo. Não se pode deixar, ao concluir esta nota, de lamentar que a coordenação do grupo de trabalho não tenha tirado melhor proveito do tema geral do grupo, aceitando o desafio de o tratar na sua globalidade, fomentando por exemplo uma reflexão sobre as novas formas de articulação entre comunicação e economia que surgem com a aparição de novas estruturas transnacionais de interacção.

Grupo II : "Educação e Trabalho : contradições e alternativas organizacionais "

Ilona Kovács (ISEG)

Maria de Lurdes Rodrigues (ISCTE)

António Brandão Moniz (FCT-UNL)

No 2º Congresso Português de Sociologia, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia, cujo tema central era "Estruturas Sociais e Desenvolvimento", constituiu-se um grupo de trabalho subordinado ao tema "Educação e Trabalho: contradições e alternativas organizacionais". Este grupo de trabalho (grupo II) reuniu as comunicações referentes às áreas de Sociologia Industrial, das Organizações, do Trabalho e da Educação, e foi coordenado por Ana Benavente, João Freire, Ilona Kovács e Stephen Stoer. Foram apresentadas cerca de trinta comunicações em quatro secções, organizadas de acordo com algumas afinidades dos temas abordados: Abordagens teóricas/globais: interface sistema de ensino - sistema de emprego; Educação e formação: actores, práticas e destinos; Micro-sociologia do trabalho e das organizações; Macro-sociologia do trabalho e do sistema económico.

No quadro das abordagens teóricas globais realçam-se, entre outras, as comunicações de Ilona Kovács e Joaquim Azevedo. Ilona Kovács defende que para a compreensão dos novos requisitos do ensino-formação é indispensável, mas não suficiente, tomar em consideração as mudanças técnico-económicas, considerando que são principalmente os aspectos sócio-organizacionais que fazem emergir novos requisitos do ensino-formação. Assim, as necessidades de formação deveriam ser analisadas partindo do princípio da existência da liberdade de escolha entre opções quanto ao tipo de organizações e qualificações, estando esta dependente das estratégias seguidas pelos actores sociais. Joaquim Azevedo, por seu lado, procura interrogar as tendências mais recentes de evolução do campo da formação, com especial incidência no domínio da formação técnica e profissional inicial, no quadro mais global de referência que é o reexame da relação entre educação e trabalho. No sub-sistema micro-sociologia do trabalho e das organizações, parte essencial das comunicações abordou aspectos da prática sociológica nas empresas, num quadro de mudança. Esta prática é encarada num primeiro grupo de trabalhos apresentados ao Congresso como: a) conhecimento e actuação sobre o sistema sócio-cultural (Paulo Finuras); b) diagnóstico e intervenção no clima organizacional (Luis Ferreira); c) compreensão e actuação em processos de socialização organizacional (Eduardo Viegas Ferreira); d) reconceptualização da empresa e dos seus agentes, e elaboração de estratégias de desenvolvimento integrado (Rui Moura).

Foram apresentados alguns casos relativos ao diagnóstico e respectiva acção de desenvolvimento, bem como à implementação de novas práticas pedagógicas de formação orientadas para o desenvolvimento de capacidades de auto-formação, como forma de enfrentar e responder às mudanças tecnológicas e sociais (António

Gama e Paulo Finuras). Algumas das preocupações subjacentes na intervenção dos sociólogos na empresa são as seguintes: tornar as empresas mais capazes de enfrentar as mudanças sócio-económicas e tecnológicas, pelo desenvolvimento organizacional descentralizado e flexível; superar as dificuldades de integração sócio-cultural e de adesão organizacional através de uma gestão da cultura e processos de socialização mais adequados; desenvolvimento e aperfeiçoamento das competências dos recursos humanos com vista à melhoria da rendibilidade, da valorização e afirmação profissionais através de práticas de formação orientadas para a aprendizagem colectiva e baseadas no conhecimento das experiências, das expectativas e dos problemas concretos dos formandos.

Um outro grupo de comunicações incidiu sobre investigações sociológicas acerca das consequências das mudanças tecnológicas e organizacionais, em particular, sobre a afectação dos encarregados na indústria portuguesa (João Freire, Maria de Lurdes Rodrigues e Vítor Peña Ferreira), e sobre controvérsias e resultados de investigações internacionais (António Brandão Moniz). A investigação sobre os encarregados permitiu construir o modelo dominante do Encarregado: universo predominantemente masculino, relativamente idoso, com baixo nível de escolaridade, aprendizagem profissional através da experiência, forte enraizamento local, baixo nível de mobilidade de emprego. Além disso, esta investigação permitiu ainda analisar a afectação nos desempenhos do encarregado devido a mudanças técnico-organizacionais. A investigação permitiu confirmar a hipótese geral segundo a qual o papel dos encarregados está a evoluir, de características predominantemente disciplinares para funções de feição mais técnica e organizacional.

Os diversos programas internacionais e trans-nacionais de investigação relacionados por António B. Moniz constituem um contributo importante para o conhecimento das tendências de transformação do trabalho e para a controvérsia sobre a natureza dessas transformações. Foram ainda abordados os princípios organizacionais (burocracia, democracia, profissionalização) e as respectivas formas de comportamentos estratégicos dos agentes como fonte de situações de conflito e de cooperação organizacionais (Marcelino Lyra Passos).

No último sub-tema, "macro-sociologia do trabalho e do sistema económico", destacam-se algumas comunicações sobre temas tão diversos quanto o trabalho feminino e o sindicalismo. Virginia Ferreira, comparando os principais indicadores estatísticos, mostra que as diferenças entre a força do trabalho feminina e a masculina são, em Portugal, inferiores às registadas em países mais desenvolvidos da CEE. Defende, então, a seguinte tese: características da sociedade portuguesa como a grande fragmentação da estrutura social, a debilidade económica e o carácter fortemente intervencionista do Estado e a incipiência do desenvolvimento económico e industrial, dão origem a uma divisão sexual de trabalho mais flexível e, portanto, a um sistema de emprego cuja estrutura aparenta ser menos segregadora. Luís Ferreira, por outro lado, através do estudo de casos concretos de discriminação no trabalho em função do sexo, pretende contribuir para o avanço do conhecimento desta temática e para a concretização do princípio da igualdade

de oportunidades e de tratamento para mulheres e homens, no trabalho e no emprego. Num outro quadro de preocupações, Maria das Dores Guerreiro, através de uma análise sociológica que confronta indicadores relativos à família com indicadores económicos, sociais e culturais, procura discutir sobre os modos como se articulam estruturas de longa duração com processos continuados de mudança social. Finalmente, ainda neste painel, foram apresentadas duas comunicações sobre o sindicalismo em Portugal: Alan Stoleroff caracteriza e questiona a evolução do sindicalismo no sector financeiro; Marinús Pires de Lima procura definir e enquadrar o modelo de relações industriais durante o período 1974-1990.

Algumas conclusões

Numa comparação com o 1º Congresso Português de Sociologia realizado em 1988, verifica-se o seguinte: o aumento substancial de número de comunicações nas áreas já referidas integradas no Grupo de Trabalho II; presença mais significativa de comunicações que relatam experiências de intervenção sociológica nas empresas; aparecimento de novas temáticas, tais como: a) diagnóstico-intervenção na gestão de sistemas sócio-culturais da empresa; b) articulação do ensino-formação com a mudança do sistema produtivo; c) mudanças técnico-organizativas e suas implicações no trabalho industrial; d) discriminação sexual no emprego; e) factores sociais da iniciativa empresarial; f) problemas do ensino técnico-profissional e do ensino superior politécnico.

Os trabalhos apresentados permitem tirar algumas conclusões: houve um aumento de produção científica nestas áreas referidas (Sociologia Industrial, das Organizações, do Trabalho e da Educação); forte presença da investigação com orientação prática interveniente, o que indicia um avanço no reconhecimento da utilidade prática da investigação sociológica na resolução de problemas colocados no actual contexto de mudança.

Grupo IV : "Recomposição sócio-espacial e dinâmicas regionais e locais"

Vitor Matias Ferreira (ISCTE)

Com a colaboração de J. Gil Nave e Pedro Hespanha

Não se mostrou fácil a distribuição por diversas sessões, tematicamente significativas, do conjunto amplo de comunicações entretanto inscritas no presente Grupo de Trabalho. Na generalidade, havia coerência entre a maior parte daquelas propostas de comunicação e as próprias problemáticas identificadoras do Grupo, no quadro do qual seriam apresentadas. As dificuldades surgiram quando se tornou necessário agrupar aquele amplo conjunto de propostas - sobre as quais, na maior parte dos casos, só se conhecia a sua titularidade - em agregados temáticos com o mínimo de coerência interna.

O arranjo final não parece ter levantado grandes objecções por parte dos autores das comunicações, nem dos próprios participantes, admitindo-se, à posteriori, que um conhecimento mais aproximado daquelas mesmas comunicações poderia ter permitido uma melhor adequação entre as propostas e a sua respectiva sistematização temática. Tal foi o caso, como veremos, da última sessão realizada.

Ao fim e ao cabo, quatro áreas temáticas fundamentais acabaram por constituir o arranjo possível de sistematização das comunicações a apresentar: requalificação e urbanidades; estruturas produtivas e reestruturação territorial; transformações do espaço rural; e, finalmente, estudos locais e modos de vida, constituíram, assim, as quatro áreas de trabalho distribuídas pelos três dias do congresso.

Vejam, mais pormenorizadamente, qual o conteúdo e respectivo accionamento de cada uma destas sessões temáticas:

Requalificação e urbanidades (coord: Isabel Guerra)

Duas problemáticas centrais - reabilitação urbana e urbanidade(s) - estiveram presentes nas quatro comunicações apresentadas. Assim, em torno daquela primeira noção-chave, discutiu-se a "avaliação dos impactos sociais da reabilitação urbana" (A. Firmino da Costa e M. Dores Guerreiro) e apresentaram-se algumas considerações metodológicas sobre o "inquérito sociológico e reabilitação urbana" (M. João Ribeiro). A problemática seguinte permitiu relacionar a "urbanidade e novos estilos de vida" (Walter Rodrigues), ao mesmo tempo que se discutia o seu próprio estatuto conceptual "para além do campo e da cidade: elogio da urbanidade" (V. Matias Ferreira).

Infelizmente, o escasso tempo disponível para apresentação destas comunicações (1h e 30m) não permitiu alargar o debate a uma ampla assistência, sobretudo numa situação em que acabavam de ser apresentadas comunicações de certo modo inovadoras na sua problematização e, obviamente, polémicas, nos próprios termos da respectiva apresentação. Concretamente, em relação à problemática da reabili-

tação urbana foi possível avançar, já não com elementos casuísticos, de caracterização empírica de determinadas situações, mas com propostas metodológicas de inquirição e de avaliação dos próprios processos de intervenção no campo específico da recuperação do edificado e da renovação do tecido social e urbano, reportados, nas comunicações em causa, à cidade de Lisboa. Por outro lado, e em contextos de problematização distinta, introduziu-se uma "nova" noção no debate sobre a questão urbana. Com efeito, a noção de "urbanidade" - fluída, na sua condição originariamente normativa, mas apelando, no actual contexto de um certo "renascimento urbano", para uma mais pertinente inclusão no quadro dos instrumentos interpretativos daquela mesma problemática - pode vir a constituir uma componente determinante no discurso sobre aquela questão urbana.

Estruturas produtivas e reestruturação territorial (coord: PedroHespanha)

Tratou-se de uma sessão um tanto heterogénea, sob o ponto de vista temático, muito embora se possa admitir que, pelo menos uma parte das comunicações, tiveram a ver, directa ou indirectamente, com a própria problemática enunciativa da sessão. Por outro lado, das seis comunicações previstas, somente quatro foram apresentadas, situação que fazendo diminuir a heterogeneidade temática, permitiu uma maior especificação problemática, para além de ter propiciado, igualmente, algum tempo para o debate final sobre o teor das comunicações apresentadas.

Mas, em relação àquela especificação agregadora, duas das comunicações inseriram-se, plenamente, no próprio campo problematizador da respectiva sessão. Concretamente, as comunicações sobre "reestruturações produtivas, recomposições sociais e políticas de acompanhamento urbano" (M. João Rodrigues) e sobre "transformações urbanas e modos de vida na Península de Setúbal" (Isabel Guerra), deram o tom central das problemáticas em causa. Complementarmente, as duas restantes comunicações debateram problemas articulados com o tema das migrações, em termos retrospectivos e prospectivos, analisando as "principais características e tendências da emigração portuguesa" (M. Ioannis Baganha) ou discutindo a situação de "Portugal e as migrações internacionais: os cenários de mudança" (João Peixoto).

Vemos, pois, que da heterogeneidade inicial se chegou a duas problemáticas centrais, uma mais directamente relacionada com a própria enunciação temática da sessão em causa - concretamente, os problemas relacionando a reestruturação produtiva com questões decorrentes da recomposição social ou dos modos de vida, mas também com os inerentes processos de reorganização espacial - e uma outra, aparentemente lateral àquela mesma temática da sessão - concretamente, neste segundo caso, a problemática das migrações, mas que acabou por constituir a componente "dinâmica" do próprio debate realizado no final das apresentações.

É certo que aquele "dinamismo" decorreu, em grande parte, da própria discussão sobre a fiabilidade das diferentes fontes estatísticas em que se fundamentou cada uma daquelas comunicações sobre o fenómeno migratório. Ao fim e ao cabo, a credibilidade das referidas fontes deveria permitir alguma segurança

nos resultados apresentados, situação que, não se constatando, relançou a polémica, e algum espanto, entre os participantes da sessão. Em todo o caso, ficou enunciada uma questão particularmente emblemática no quadro do próprio Congresso de Sociologia e que não deixará, de futuro, de levantar problemas, nomeadamente de metodologia da pesquisa sociológica.

Transformações do espaço rural (coord: J. Gil Nave)

Uma designação tão ampla como a que se decidiu dar à presente sessão, haveria de corresponder à extrema diversidade de comunicações apresentadas que, no entanto, se centraram sobre aspectos relevantes do processo de reestruturação e de mudança social da ruralidade portuguesa. Como ponto comum, também, o facto das comunicações se reportarem, na generalidade, a determinados estudos empíricos realizados em distintas zonas do país.

Concretamente, a evolução e o lugar dos grupos rurais na estrutura social de uma determinada região - através da comunicação "população, emprego e estrutura social na Beira Interior" (H. José Duarte); o actual panorama do movimento associativo de carácter sócio-profissional dos agricultores de uma dada região - com a comunicação "Associativismo agrícola sócio-profissional - o caso da região oeste" (M. de Fátima Ferreira); e, também, o estudo comparado dos processos de mudança social vividos localmente em duas freguesias rurais açorianas - através da comunicação (título original) "Sistema regional e espaços locais: mudança e reconversão social em duas freguesias da Terceira" (J. Manuel Mendes).

Num registo complementar foi apresentado um conjunto de reflexões sobre a "casa rural" - através da comunicação "Casa e casas no espaço rural minhoto: a questão e transmissão do poder doméstico" (M. Carlos Silva) e, por outro lado, reabrindo uma problemática diferente, sobre o impacto local das novas formas de usufruto e de reconstrução da ruralidade - com a comunicação "Diferente e genuíno: espaço rural, espaço turístico?" (Graça Joaquim).

Talvez porque esta última comunicação acabou por preceder o debate que, imediatamente, se seguiu, as questões colocadas retomaram, como pretexto essencial, o renovado interesse social pelos valores da "natureza", da "ruralidade" e do "local" que a problemática do turismo rural tão bem documenta. Nessa ordem de ideias, o debate centrou-se, privilegiadamente, nos processos da produção social e de apropriação simbólica e material duma "ruralidade", ela própria em processo de renovação no confronto com "novos" actores sociais e com as próprias dinâmicas locais do desenvolvimento regional.

Estudos locais e modos de vida (coord: Vitor Matias Ferreira)

Uma primeira advertência é necessário avançar: a maior parte das comunicações aqui apresentadas tiveram alguma relação, directa ou indirecta, com "os estudos locais", mas quase nenhuma com os "modos de vida". Tratou-se de um abuso de

enunciação (da responsabilidade do presente relator) induzido pela escassa informação disponível na altura da respectiva organização temática. Refira-se, igualmente, que não foi possível apresentar a comunicação proposta por um sociólogo da Galiza, por impossibilidade da sua presença no dia desta sessão.

Das cinco comunicações apresentadas, três delas decorreram, efectivamente, de estudos locais, ainda que com estatutos de pesquisa relativamente distintos. Num caso, reportado a uma zona do norte do país (do concelho de V.N.Gaia) e situado no contexto de uma investigação de longo prazo e de natureza colectiva, tratou-se de "enfrentar a mudança económica e social a nível local" (A. Monteiro, F. Rodrigues, S. Stoer e P. Vieira). Os dois outros casos, referiram-se a estudos locais determinados da cidade de Lisboa, concretamente no "Vale do Areeiro - reflexões acerca de uma realidade multiétnica" (M. João Freitas e P. Castro) e sobre "O caso da Rua do Cruzeiro (antiga): contribuições para um projecto de intervenção na cidade existente" (J. Paulo de Sousa).

As duas restantes comunicações tiveram um denominador comum que poderíamos sintetizar em torno da marginalidade social. Realmente, tanto no caso da "luta contra a exclusão social: assistencialismo ou desenvolvimento local?" (Marielle Gros) como em relação à "marginalidade e movimentos sociais nos contextos urbanos" (José M. Ferreira), aquela referenciação comum permitiu relançar o debate, inclusivé em relação às restantes comunicações, em torno de temas que, em última análise, apontam para formas de exclusão social.

Com efeito, quer os casos empíricos apresentados, quer o conjunto de reflexões mais de ordem conceptual e metodológica reportaram-se, na generalidade, a situações de segregação social e urbana, isto é, a formas de discriminação e de exclusão social em específicos contextos territoriais de incidência urbana. Esta dupla condição problemática - que, noutras momentos, tem levado à reflexão sobre o estatuto e as implicações da noção de "pobreza urbana" - pôde permitir, igualmente, encontrar um outro fio orientador da sessão e, sobretudo, do debate, centrado, então, em torno da exclusão social e da marginalidade urbana. À posteriori, portanto, é possível concluir sobre esta nova enunciação da própria sessão, mais adequada ao conteúdo da generalidade das comunicações e que o próprio debate realizado acabou por ratificar.

Num balanço, necessariamente esquemático, das várias sessões realizadas no quadro do presente Grupo de Trabalho, poderíamos traçar um itinerário com algum significado. Realmente, começámos na "cidade" - com alguma discussão sobre a sua especificidade conceptual e sobre alguns mecanismos da sua necessária requalificação urbana - alargámos o âmbito espacial - discutindo processos de reestruturação territorial, na sua dupla vertente produtiva e sociológica - atravessámos o "campo" - abrindo diversas frentes em torno da mudança social do espaço rural - e, finalmente, regressámos ao "local" - não tanto para miniaturizarmos o social, mas sobretudo para referenciarmos o lugar de emergência de novas (e de antigas) exclusões desse mesmo social. Não deixaria de ser extremamente fecundo realizar, agora, o itinerário inverso, partindo, naturalmente, com o saber e o fazer entretanto adquiridos. Será necessário esperar pelo próximo Congresso de Sociologia?

Grupo V: "Dinâmica dos saberes: ciência, tecnologia e outras formas culturais"

Sérgio Grácio (FCT-UNL)

A presença no Congresso de um grupo dedicado ao tema da "Dinâmica dos saberes: ciência, tecnologia e outras formas culturais" é, só por si, um sinal do dinamismo do próprio saber sociológico entre nós. Trata-se, com efeito, de uma temática praticamente ausente no Congresso anterior - apenas a quatro anos de distância.

A repartição das intervenções por duas categorias fundamentais de saberes abordados, os científicos e tecnológicos, mais legitimados pelo seu suporte e consagração institucionais e pelo carácter patente das suas consequências na criação de riqueza material, e os correspondentes a "outras formas culturais", por vezes marginalizados, e quase sempre subordinados, recobre em boa medida a velha divisão ciência/senso comum dos manuais e dos primeiros anos dos cursos de sociologia.

Ao mesmo tempo, o facto de as intervenções respeitarem sempre a investigação empírica já realizada ou em curso de realização sugere um daqueles casos em que a empiria pode ter importantes consequências na teoria, através de um melhor (ou efectivo) conhecimento do "senso comum". Isto é, dos saberes concretamente forjados nos jogos sociais e dos "métodos" através dos quais os indivíduos os utilizam. Porque conhecer melhor o senso comum pode ser uma via fecunda para melhor ganhar consciência das reais operações do saber sociológico, não como resultado do método exposto na sua forma acabada nos trabalhos dos sociólogos, mas como conjunto tacteante de procedimentos, experimental na sua essência.

Do mesmo passo, a teoria pode ser aqui enriquecida em outra das suas facetas: a da concepção do actor social numa das suas dimensões fundamentais (ao lado, por exemplo, das estruturas motivacionais de base presentes nas práticas). Tanto mais que entre o actor e as estruturas a teoria sociológica parece ter avançado mais na construção dos instrumentos de conhecimento daquelas do que na concepção adequada do primeiro.

A problemática de uma das comunicações do primeira dia (Graça Carapinheiro e Lígia Amâncio) recusava, aliás, desde logo, uma separação nítida entre as duas ordens de saberes, os de forte sedimentação, especialização e base institucional, escolares, sobretudo (vg. a ciência da gestão), e os de origem "local", no quadro de organizações. Aí se confrontam continuamente e são continuamente reordenados, de acordo com a distribuição do poder e o desenvolvimento das correlativas estratégias dos actores, o que inclui da parte destes uma produção de conhecimento sobre a própria natureza desses rearranjos.

A mesma ideia de recorte menos nítido de fronteiras, desta vez entre os saberes mais legitimados, como resultado das lutas na comunidade científica que têm por objecto tal legitimidade, esteve presente na comunicação de Jorge Correia Jesuino. A posição das ciências sociais e humanas no concerto das ciências e os efeitos de

centro e periferia que lhe estão associados têm inspirado, como é sabido, muita da reflexão epistemológica em sociologia. Sabe-se igualmente da vantagem dessa reflexão tendo presente que ela é em grande parte um resultado daquele efeitos.

A posição da sociologia já aparece a outra luz quando é mobilizada nas práticas profissionais dos sociólogos. A comunicação de Teresa Vasconcelos e Sá sugere como podem ainda abrir-se e consolidarem-se espaços de intervenção profissional dos sociólogos: a crise da ideia e prática de planeamento pode permitir aos sociólogos papel de primeiro plano na definição de estratégias de intervenção e avaliação permanentes do planeamento, destacando inequivocamente a pluralidade dos interesses e valores em jogo, fazendo participar a totalidade dos actores envolvidos e desenhando cenários alternativos.

Já as intervenções de Marcelino Lyra Passos e António Pedro Dores se situaram em outro plano, visto terem em comum a análise dos processos sociais de difusão de saberes já constituídos, conservando aqui estes muito elevada autonomia nas condições da sua produção: tecnologias em geral aplicadas à produção, no caso de Lyra Passos, informática em Pedro Dores. Para este último é vantajoso conceber a difusão da informática como um movimento social, com o seu "estado nascente" e a formação posterior de diversas categorias de actores implicados em processos diversos. Lyra Passos identificou factores não-económicos do desenvolvimento económico, desde a própria acumulação de tecnologias que não se podem desperdiçar até aos contextos regionais que favorecem a propagação das inovações.

Quanto ao processo interno de produção científica e de tecnologias, ele foi objecto da intervenção de Alan Stoleroff e Teresa Patrício, que propõem tratá-lo como um processo de trabalho, com a inerente dicotomia concepção e administração/execução de projectos (vg. o analista de sistemas e o programador).

De entre os temas discutidos destacaremos o da relação entre as práticas profissionais dos sociólogos e o fundamento institucional dos saberes sociológicos. Os "estados nascentes" da sociologia entre nós, ainda relativamente recentes, como se disse numa intervenção, não podem, é óbvio, eternizar-se, nem, sobretudo, conduzir à alternativa entre o isolacionismo académico e o tecnocratismo aplicado. Há que "institucionalizar bem". E o "planeamento interactivo" oferece realmente uma perspectiva não tecnocrática aos sociólogos. Além de que os processos que envolve, bem como nas outras práticas profissionais, constituem saberes de incidência profissional de estatuto epistemológico idêntico aos de origem académica, o que, em particular tem consequências no ensino da sociologia. Relativamente ao modelo do processo de trabalho aplicado à produção científica (A. Stoleroff e T. Patrício) as intervenções dividiram-se entre as que sublinharam as suas virtudes - essencialmente a "dessacralização" da ciência - e as que recearam que o modelo acabasse por anular a especificidade dos universos sociais em questão.

No dia seguinte Luis Capucha mostrou, a propósito da tauromaquia, como uma cultura popular é capaz de se constituir como um universo cultural autónomo, sem apresentar necessariamente traços de subordinação às categorias cognitivas e representacionais dominantes.

As comunicações de Amélia Frazão e Filipe Reis estiveram voltadas para a questão do confronto dos saberes. A primeira, dedicada ao ensino-aprendizagem das crianças na família, mostra, a partir de um estudo numa aldeia do Alto Douro, com as aprendizagens implicam a subordinação do indivíduo ao saber do grupo, oralmente produzido e veiculado, e como, em particular, para ter acesso a outros saberes é preciso saber estar só e saber experimentar. O saber de base oral era predominante entre nós à distância de apenas duas ou três gerações, lembrou F. Reis, e a escolarização foi o meio de generalizar o acesso à escrita, como forma de fixar, armazenar e transmitir saber nas sociedades modernas. O acesso à escrita é particularmente difícil entre os camponeses, cujas forma de pensamento e apropriação do real a dispensam tradicionalmente. Sobretudo quando a escola primária o tenta promover a partir de conteúdos letrados.

Idalina Conde ofereceu-nos uma reflexão acerca do saber biográfico, constituído por cada um, com funções identitárias e de recurso nos momentos difíceis, de crise e tensão individuais. O saber biográfico recolhe materiais sociais e diferentes saberes para constituir a memória social. No caso dos artistas, socialmente impelidos à produção de uma individualidade vincada, a simbiose entre os saberes do grupo e os de cada um é paradoxalmente das mais acentuadas.

Pedro de Andrade, no quadro da análise do sentido social dos sentidos, propôs-nos o caso particular de uma sociologia das sonoridades sociais, desde as sonoridades como componentes das identidades à indústria do silêncio, passando pelos processos de negociação das sonoridades legítimas e marginais. E o autor interroga-se sobre o estatuto epistemológico dos sentidos: por exemplo, será possível determinar que sentidos intervêm na produção do conhecimento científico?

Elizabeth Handman explorou as consequências sociais das diferenças fisiológicas entre os sexos, diferença primeira nas aprendizagens humanas e sobre a qual se ergue o edifício da divisão sexual do trabalho, igualmente primeira em todas as sociedades, e da correlativa divisão de saberes entre os sexos. Uma consequência já de índole cultural é a apropriação pelos homens do essencial dos saberes técnicos, remetendo as mulheres para saberes limitados e dependentes.

Françoise Zonabend deu-nos conta da sua investigação numa central nuclear, onde é crucial a aprendizagem pelos trabalhadores do tipo de riscos que correm. Aprendizagem formal e informal de gestos, posturas e conceitos graças aos quais se aprende a manter quotidianamente o medo à distância.

Da discussão podem reter-se alguns comentários suscitados por esta última comunicação, essencialmente sobre a ambição de teorizar com um nível elevado de generalidade, sobre o saber viver em perigo: há uma grande variedade de situações próximas das evocadas por Zonabend. Referindo apenas duas variáveis: o tempo de permanência e a expectativa de permanência (vg. os campos de concentração igualmente evocados pela autora). Outro comentário, sobre a comunicação de E. Handman, referiu a necessidade de levar em conta o ponto de vista dos dominados nas relações de dominação social, para saber se situações exteriormente apreendidas como injustas o são ou não também da parte dos actores. A

propósito da exposição de F. Reis foi lembrado que a cultura letrada é também produtora de crítica, veículo de contra-cultura. A própria exposição do autor prova-o. Este argumentou então que não é a técnica da escrita em si mesma que deve ser posta em causa na transmissão cultural escolar em meio camponês, mas o facto de se tentar a sua aprendizagem a partir de conteúdos estranhos à experiência camponesa, acrescentando assim um segundo obstáculo ao que representa a própria escrita.

Grupo VI : "Mudança Social: Novos Valores, Modos de Vida, Identidades"

**Maria de Lourdes Lima dos Santos (ISCTE), Ana Nunes de Almeida (ICS),
Nelson Lourenço (FCSH-UNL)**

Família e Parentesco (coord: Maria de Lourdes Lima dos Santos)

Neste sub-grupo foram apresentadas oito comunicações (veja-se títulos e autores no calendário do Grupo VI em anexo) por participantes provenientes de diferentes pontos do país - Lisboa, Porto, Álcacer do Sal, Viana do Castelo e Ponta Delgada - e trabalhando, fundamentalmente, em Institutos e Escolas de Ensino Superior e Politécnico e em Institutos e Centros de Investigação.

Na sua maior parte, as comunicações caracterizaram-se pela dominante empírica embora, nalguns casos, combinassem a discussão teórica com a apresentação de resultados da pesquisa empírica.

Monografias e estudos de caso foram ponto de partida para revisitar, com rigor desigual, as grandes questões da reprodução social e cultural, da divisão do trabalho e da transformação dos papéis sexuais no quadro das relações familiares.

Famílias operárias, famílias camponesas a tempo inteiro ou em pluriactividade e famílias de burguesia urbana (no continente e ilhas) estiveram sob a mira dos autores das comunicações e do público que interveio no debate.

Destacaram-se alguns contributos quer pelos temas escolhidos, quer pelas hipóteses colocadas - aqueles porque raramente abordados nos domínios em causa; estas porque contrariando pressupostos frequentemente dados como adquiridos. Neste sentido ocorre referir o trabalho sobre ritos do quotidiano em que, através da negociação do espaço doméstico, vimos exprimir a coesão do grupo familiar e a sua forma de se relacionar com os outros (a classificação e interpretação do mundo social aparecendo como um processo que passa pela definição da casa e dos seus usos); o trabalho sobre a condição de esposa doméstica em famílias operárias, em que vimos a "escolha" de ficar em casa interpretada, não já nos habituais termos de uma imitação prestigiosa do velho modelo da esposa doméstica das famílias

burguesas, mas antes como "fatalidade" para aquelas que, face ao mercado de trabalho, se encontram em situação de maior desvantagem social (revelando-se assim, através da análise da dita condição, a dependência das estratégias familiares relativamente aos recursos dos membros do grupo familiar); ou, ainda, o trabalho sobre a articulação entre variáveis ideológicas e variáveis de contexto no estudo das relações intergrupos em que se forja a identidade social, atendendo particularmente às categorias sexuais que permeiam a construção dessa identidade e demonstrando a importância explicativa que aí assumem as variáveis ideológicas.

Outras comunicações privilegiaram a relação família-trabalho, abordando-a ora como factor de mudança (profissionalização da mulher e seu impacto na transformação dos papéis sexuais), ora como factor de permanência (reprodução de um sistema social bipolar em condições que conjugam estratégias familiares com imposições da divisão do trabalho).

O contributo da etnografia informou um ensaio de cruzamento entre relações de parentesco, ritos religiosos e hierarquias sociais.

Certas temáticas, ainda, situaram-se na fronteira entre o problema social e o problema sociológico, analisando a ilegitimidade e as mães solteiras ou a socialização pré-escolar no confronto entre a família e o infantário.

Cultura e Tempos Livres (Coord: Ana Nunes de Almeida)

Na manhã do dia 6 decorreu, na Sala 1, com uma assistência de cerca de 60 pessoas, uma das Sessões do Grupo de Trabalho VI, com o tema geral: "Cultura e Tempos Livres". As ausências de última hora de dois comunicantes tiveram um duplo efeito: ao mesmo tempo que provocaram uma alteração na ordem e no tempo de apresentação das comunicações, possibilitaram um considerável alongamento do espaço de debate - facto que se veio a revelar extremamente positivo no funcionamento da sessão.

Maria Luísa Schmidt apresentou "Publicidade versus consumo: os jovens preferem as colas" em que, genericamente, procurou discutir a importância das formas de consumo nos modos de participação social dos jovens. A análise do discurso publicitário televisivo especificamente dirigido a este grupo, permite descobrir unidades simbólicas recorrentes nas representações juvenis: estamos aqui em presença de um discurso essencialmente massificador e homogeneizante. No entanto, a realização de entrevistas aprofundadas semi-directivas a jovens portugueses pertencentes a 3 diferentes grupos sociais (meio operário de Chelas, classe média de Benfica, classe alta da Lapa) mostrou, com toda a evidência, maneiras distintas de digerir esse discurso globalizante e, sobretudo, um contraste flagrante, nesses 3 sub-grupos, entre o domínio das representações enunciadas e o das práticas efectivas.

Maria de Lourdes Lima dos Santos, depois, com "Cultura, tempos livres e associativismo juvenil", evocou o papel da relação entre os dois primeiros termos no processo histórico de institucionalização dos tempos livres. Mostrou, mais concretamente, como se desenvolvem historicamente a par as concepções demo-

cratizantes da "cultura", por um lado, e dos "tempos livres", por outro. E deu, também, uma panorâmica da forma de que se foi revestindo no tempo esta relação. Referiu-se assim, sucessivamente, aos pares: "cultura didáctica+tempos livres úteis"; "cultura lúdica+ tempos livres distração"; "cultura salvação da crise+ tempos livres como participação, criatividade, inovação". Concluiu, enfim, que o associativismo juvenil é justamente, nos dias de hoje, um dos meios que se invocam para gerir essa relação enquanto "participação".

"Hábitos desportivos na Sociedade portuguesa", apresentada por Salomé Marivoet, constituiu, antes do intervalo, a 3ª comunicação da Sessão. Para além de fazer uma reflexão introdutória sobre a pertinência mas também as dificuldades de construção do campo teórico e do objecto da Sociologia do Desporto, a autora referiu-se depois aos resultados disponíveis de um Inquérito realizado à população portuguesa (com uma idade compreendida entre os 15 e os 60 anos) sobre hábitos desportivos - evocando, paralelamente, ora resultados gerais, ora resultados diferenciados e variáveis discriminantes. Procurou detectar, a partir daí, diferentes comportamentos sociais nas práticas de consumo de actividades de desporto e lazer na actual sociedade portuguesa.

Após um curto intervalo, retomaram-se os trabalhos da Sessão, com uma comunicação de Ana Cristina Baptista sobre o tema: "O teatro nos anos 80". Nela se procurou descrever a configuração do campo do teatro português, a especificidade dos seus modos de funcionamento, designadamente as condições em que se desenrolam os processos de profissionalização dos actores do teatro dito independente no pós-25 de Abril, com particular incidência na década de 80.

Graças ao tempo disponível e à participação qualificada da plateia, a Sessão contou com um bom espaço de debate, onde, para além de questões de natureza pontual directamente dirigidas a cada uma das comunicantes (ex: fontes ou técnicas de recolha de dados usadas, pormenorização de resultados, esclarecimento de conceitos utilizados), se "pensou de alto" em questões de fundo, teóricas e epistemológicas, sobre cultura, consumo e lazer nas sociedades contemporâneas.

Comunidades e Identidades I e II (coord: Nelson Lourenço)

Fazer a apresentação das 14 comunicações que preenchem duas sessões do Grupo "Mudança social: novos valores, modos de vida, identidades" é, certamente, um desafio tão grande como foi o ter conseguido tempo para todos terem oportunidade de levar ao conhecimento do público - muito e interessado! - os seus trabalhos. Se o mundo é composto de mudança, como dizia Camões e os sociólogos depois dele, embora de modo menos poético, era fácil prever que de tudo, ou de quase tudo, se falasse, num raro exercício de imaginação sociológica e dos sociólogos. Assim e no espaço reduzido que os editores me concederam, resta organizar, tão coerentemente quanto possível e de acordo com as temáticas e tendências de pesquisa, os trabalhos apresentados.

A vida na cidade foi analisada sob várias perspectivas. Da vivência cooperativa enquanto quadro social "reformulador da auto-imagem dos cooperadores" e

influenciando percursos profissionais e expectativas de vida, ao estudo de bairros degradados e multiétnicos, das constelações de ofícios e modos de vida à análise de três freguesias antigas de Lisboa, vai um longo caminho de abordagens diferentes e de recurso a métodos e técnicas diferenciados. O estudo de pormenor das sociabilidades, tendo como objectivo "debater a problemática dos modos de vida" na área do Castelo de Lisboa e a cartografia social assente em métodos quantitativos e ao serviço da ecologia social, deram corpo às comunicações de João Quintela, de Marluce Menezes e João Craveiro, de Maria João Freitas e Paula Castro, de Orlando Garcia e de David Tavares e Graça Joaquim.

A questão da identidade, colocada numa perspectiva local e regional ou, de um modo mais ambicioso, da identidade portuguesa completada pelo levantamento ou reposição, na designação dos seus autores, da memória local, foi abordada nas comunicações de Moisés Martins, Fátima Rosado e Stephen Stoer e Helena Araújo. A questão da identidade aparece também na comunicação Ana Isabel Madeira, num estudo sobre a integração da comunidade portuguesa em Londres. A óptica do estudo de comunidades atravessa longitudinalmente estas comunicações e mais especificamente o trabalho de António Jardim Costa, dedicado à análise da desestruturação e reestruturação social. As metodologias e técnicas utilizadas são também diferentes, indo da análise documental, às entrevistas, à observação participante e à construção de genealogias.

O estudo sociológico dos universos da pobreza, focado já nas comunicações sobre bairros degradados, foi objecto de comunicações a eles especificamente dedicadas. O estudo crítico da literatura sociológica e a sua contextualização "no quadro dos modelos Providencial e Empresarial do Estado" seguido da análise do aparecimento de uma nova pobreza e exclusão social e da necessidade de compreensão dessas culturas de pobreza, no sentido de as transformar em culturas para o desenvolvimento, foram os temas abordados por Maria de Fátima Toscano e Luis Capucha. A análise da diversidade de situações que configuram os universos de pobreza, as suas lógicas de contenção e restrição, as estratégias de investimento e mobilidade, as práticas de marginalidade e de delinquência, foram tratados na comunicação de Anália Torres, Miguel Wandschneider e Paulo Sousa, cuja metodologia se inscreve na tradição da investigação-acção.

Sozinhos peregrinaram Carlos Fortuna e Claudino Ferreira, no campo do simbólico e da religião. A sua comunicação sobre os percursos sócio-religiosos e as motivações dos peregrinos a Fátima preencheu um espaço significativo num grupo dedicado aos novos valores e identidades. Combinando metodologias e técnicas variadas os autores acompanham por "estradas e santuários" as permanências e as mudanças dos romeiros.

Embora seguindo por estradas diferentes, a maioria das comunicações situou-se no santuário da observação e compreensão de micro-realidades sociais. O bairro, a freguesia ou a pequena comunidade, são o objecto dominante das análises. Reflexão da necessidade de satisfazer obrigações académicas ou tendência da pesquisa sociológica no Portugal dos anos 90?

Grupo VII : "Teorias, metodologias, epistemologias"

Eduardo de Freitas (ISCTE)

Sob o título "Da metáfora à construção sociológica: a ideia de centralidade nas teorias de E. Durkheim e de G. Simmel", Teresa Sousa Fernandes aborda o papel da metáfora na elaboração de pressupostos, noções e modelos fundamentais na Sociologia, para, seguidamente, examinar a utilização da ideia de centralidade nos dois autores referidos.

Durkheim, ao comentar a idealização da comunicação harmoniosa entre o centro da consciência colectiva e os centros das consciências individuais periféricas, postula o carácter não-contraditório da construção das identidades: a transparência da ordem social, objectivada numa forma aperfeiçoada de democracia. Simmel, pelo contrário, ao afirmar o carácter trágico da vida em sociedade, enfatiza a contradição insuperável entre a parte e o todo, entre personalidade individual e máscara social, opondo assim à idealização da transparência, uma visão do mundo social onde a luz e a sombra se conjugam num espaço aberto, policêntrico e multiforme. Deste modo, se em ambas as concepções, a metáfora do círculo se revela indissociável da problemática da identidade individual e colectiva, no entanto, elas divergem no valor atribuído ao papel da metáfora na construção teórica. Durkheim aspira a uma interpretação realista e objectivista dos factos sociais, ao passo que Simmel, ao sublinhar a natureza simbólica dos processos de cognição, mostra como todo o conhecimento comporta uma dimensão obscura, incompreensível, como a ciência revela a realidade tanto quanto a dissimula, não pressupondo a perspectiva deste autor a renúncia à reflexão sobre tais temas de obscuridade. Bem ao contrário, ficando a inovação teórica dependente do questionamento das representações implícitas ao saber constituído.

Em "La Medida de la Ideologia", Julio Cabrera Varela apresenta um modelo metodológico desenhado a partir de uma proposta teórica de E. Verón relativa à análise dos níveis de significação do processo ideológico. Tal modelo é aplicado ao estudo intensivo (socorrendo-se de 12 entrevistas em profundidade realizadas a outros tantos intelectuais nacionalistas galegos) do sistema nacionalista actual da Galiza.

A mencionada proposta teórica intenta dar conta dos processos ideológicos encarados como processos de produção, transmissão e consumo das significações na comunicação social, partindo das noções de "ideologia" como "um sistema de regras semânticas geradoras de mensagens" e de "sistema ideológico" como um "modelo finito ou cerrado que expressa as restrições a que é submetida a emissão de qualquer mensagem que constitua parte desse conjunto".

Considerando que não se pode aceder à compreensão de um sistema ideológico unicamente por meio da análise do nível denotativo, o autor desenvolve um modelo de "competência ideológica".

No plano mais propriamente operacional, define três momentos de análise que implicam três perspectivas metodológicas distintas, sendo que o primeiro (lexical) reclama uma perspectiva distribucional, enquanto que os dois restantes (semântico e semiológico) requerem a adopção de uma perspectiva estrutural. Reconstruída a lógica interna das "restrições" que caracterizam o sistema ideológico, acede-se ao conjunto de regras que regulam a emissão de um discurso no seio do mesmo e configura-se a estrutura que dá corpo ao sistema.

José Machado Pais, em "A contextualização sociológica pela via do quotidiano", mostra as potencialidades de uma perspectiva sociológica apoiada no desenvolvimento do modo como a realidade social é quotidianamente construída, tomando por base os contextos vivenciais dos indivíduos e traçando um percurso de análise que se cumpre entre a desmontagem dos contextos dos indivíduos e a construção dos contextos sociológicos.

O autor define as condutas dos indivíduos como textos a que se reportam os contextos, tal como em linguística o texto se refere à fala (acto) e o contexto à língua (sistema), evidenciando assim como os contextos dos indivíduos podem ser encarados como uma espécie de capital indissociável das operações do dia-a-dia: as práticas dos indivíduos.

Na tarefa de retalhar a realidade a que esta perspectiva conduz, espaço e tempo assumem-se como categorias acessórias na definição dos contextos, não sendo vistos como meros receptáculos estruturantes da vida quotidiana, antes são encarados como eixos vivenciais de que os indivíduos se ocupam: "o tempo é o que dele fazemos e o espaço é um lugar praticado".

Paulo Machado, em "A Perspectiva Ecológica em Sociologia. Abordagem de um paradigma e resumo de uma experiência de investigação sobre a cidade de Lisboa", discute sobre a contribuição da escola de Chicago para o desenvolvimento da Sociologia urbana e para uma construção de uma teoria sobre a cidade.

O autor procede a uma revisão da literatura sobre a perspectiva ecológica nos estudos urbanos e sobre o significado da ecologia social enquanto ciência social para a acção. Por outro lado, mostra e questiona a reserva com que os resultados da Escola de Chicago têm sido recebidos pela reflexão sociológica de epicentro europeu, inclinada a ver tais resultados como acervos conclusivos de registo hiper-empírico. O autor faz ainda o relato da experiência de investigação urbana desenvolvida no Laboratório Nacional de Engenharia Civil pelo grupo de Ecologia Social, inventariando pesquisas realizadas e equacionando os resultados obtidos.

Em "Elites? Classes Superiores? Classes dominantes? Reflexões em torno de conceitos", Maria Manuel Vieira desenvolve um processo de clarificação do conceito genérico de classe dominante, referindo, em primeiro lugar, as múltiplas propostas terminológicas e questionando, em seguida, a origem dessa diversidade.

Deste modo percorre as escolhas designatórias produzidas pelas várias correntes teóricas marxistas e neo-marxistas, weberianas e neo-weberianas, funcionalistas e das elites, mostrando a sua imbrincação com pressupostos ideológicos divergentes sobre a sociedade, pesem embora os princípios comuns que os atravessam

relacionados com um universalismo latente ou manifesto e decorrente de uma postura holista subjacente.

Coloca depois o problema da validade da utilização dos conceitos recenseados, tendo em conta a sua contaminação ideológica. E mostra como tal questão se articula com a convergência de posicionamentos teóricos e correspondentes reformulações conceptuais que, em ruptura com as tentações de abarcar extensivamente o social, se centram a escalas de cognoscibilidade mais limitada, potenciando-se porventura as respectivas densidades analíticas.

Pedro Lopes Ferreira em "Ciências Sociais e Ciências da Decisão: uma ponte necessária", apresenta o problema da medição e correspondente validação, mostrando as focagens específicas assumidas por cada um desses dois conjuntos de ciências. As ciências sociais preocupar-se-iam essencialmente com o desenvolvimento de construções válidas e fiáveis; as ciências de decisão usariam teorias formais quantitativas e analíticas para obter medições significativas. Ao postular a complementaridade das duas abordagens, o autor propõe um enquadramento conceptual que as unifique, lançando mão de uma teoria multiatributo ilustrada por um estudo empírico destinado a medir a avaliação da qualidade das unidades hospitalares na perspectiva do doente.

Em "O Paradigma Holístico Emergente (Novos valores; diferentes maneiras de pensar; nova filosofia do serviço militar)" João Rangel de Lima tenta uma análise comparativa entre o pensamento tradicional pré-nuclear àcerca da guerra e da instituição militar nas relações internacionais e o conhecimento contemporâneo contido nos estudos sobre a militarização global e a violência estrutural no quadro de novas hierarquias de valores.

Estabelece o contraponto entre o tipo ideal da nova maneira de pensar, que designa por paradigma holístico, e o tradicional apodado de paradigma epoiístico, destacando as constelações de conceitos que os caracterizam.

Na análise comparativa a que se entrega, o autor postula o processo de perda de legitimação, num contexto de mudança intergeracional de valores, a que a instituição militar se auto sujeita.

Grupo VIII: "Políticas, Cidadania e Exclusão Social"

Isabel Guerra (ISCTE)

Juan Mozzicafreddo (ISCTE)

Os debates desenvolvidos com base nas diversas comunicações apresentadas no Grupo de Trabalho "Políticas, Cidadania e Exclusão Social" centraram-se essencialmente, em torno do problema das *oportunidades* em termos sociológicos, de emergência de comportamentos e situações de integração ou de exclusão social e na questão da especificidade e *funções de mediação* que as escolas e os sistemas educativos desempenham. O que esteve em causa, num debate entusiasta e participado foi, sobretudo, o grau de efectividade ou de diminuição dos direitos dos cidadãos, relativamente ao tema da integração ou exclusão social, e o grau de maior ou menor autonomia das instituições escolares face ao sistema escolar e às reformas educativas.

As preocupações em delimitar as características sociais, económicas e institucionais da delinquência e da criminalidade bem como os percursos da exclusão social, nomeadamente os problemas relativos à pobreza, foram evidentes nas comunicações relativas ao sub-tema de "necessidades e exclusão social". Por um lado, a tónica dominante do debate, neste tema, centrou-se nas zonas de incerteza e tensão social que propiciam os comportamentos de desvio e oportunidades de criminalidade. Assim, com base nas comunicações "A ocasião faz o ladrão" e "Polícia e criminalidade em Portugal", assinalou-se, no decorrer do debate, que quanto maior for a interacção do indivíduo nos grupos de referência com comportamentos tendencialmente delinquentes, maior é a possibilidade de interiorização de normas do grupo, mesmo que o insucesso da "performance" marginal do grupo em questão seja negativa: aliás, em termos de sucesso/insucesso, foi dado a conhecer que os êxitos no primeiro delito são condicionantes da reincidência na delinquência, ou seja, a criminalidade opera segundo lógicas próprias e padrões de interiorização de atitudes. Mas, por outro lado, é também de sublinhar, e o debate abordou largamente esta questão, que quanto maior forem as oportunidades de integração social e escolar e menores forem as possibilidades de privação cultural e afectiva, menores serão as possibilidades de os comportamentos se situarem no âmbito da delinquência ou da marginalidade.

Todavia, as condicionantes dos comportamentos de desvio não se esgotam nos factores de natureza social e cultural, mas assentam em mecanismos institucionais que desencadeiam, igualmente, trajectórias de criminalidade. Com efeito, o desfazamento entre a ordem jurídico-normativa e as práticas sociais e, sobretudo, a descontinuidade entre a norma e a aplicabilidade da norma, onde, como foi salientado na comunicação "As representações sociais da justiça nos jovens delinquentes", as conflitualidades tanto entre a legislação e os Tribunais, como entre estes e as instituições de segurança pública, introduzem zonas de incerteza e, conseqüentemente, de arbitrariedade e de imprevisibilidade das normas e sanções.

Nesse sentido, é também na lógica de funcionamento do sistema institucional e nos mecanismos operatórios que se encontram as oportunidades de reprodução dos comportamentos, atitudes e condicionantes da delinquência, mas é igualmente neste âmbito, como foi sublinhado nas comunicações "Projectos de luta contra a pobreza: problemas e percursos de intervenção" e "Análise comparativa da oferta de espaços verdes e as expectativas e necessidades da população", que a possibilidade de diminuir as zonas de disfuncionalidades adquirem significado, relativamente à clarificação dos direitos dos cidadãos.

É também com base na discussão sobre os mecanismos operatórios, no seguimento das considerações do debate, que se podem assinalar algumas outras observações relativamente à especificidade nas funções de mediação das instituições ou organismos sociais. Com efeito, quer nos debates sobre o sub-tema das "necessidades e exclusão social", quer nas discussões sobre as "políticas educativas e mudança social", foram assinalados os factores que permitem entrever um papel diferente dos actores e dos parceiros sociais e educativos no relacionamento dos indivíduos com as instâncias centrais.

É no contexto do desenvolvimento de modos de participação, atribuindo um papel específico às iniciativas dos agentes escolares e de autonomia profissional do corpo docente, e na produção de espaços próprios de articulação da realidade exterior às escolas, como foi referido com base nas comunicações "Reformas educativas: políticas e práticas: que racionalidade?" e "Representações dos ex-tóxicodependentes sobre o papel do sistema educativo no seu desenvolvimento social e pessoal", bem como nos processos de integração das heterogeneidades sociais e culturais, que se pode encontrar a "autonomia relativa das escolas" perante o meio social e face às instâncias educativas centrais, como foi sublinhado na comunicação "A influência do contexto escolar nas decisões sobre escolaridade". É assim nas formas de organização dos modos de acção internos, no grau de abertura e de iniciativas pessoais, na reestruturação das disposições sociais e culturais, que as instituições podem encontrar espaços de mediação e, conseqüentemente, de integração, potenciadores de desenvolvimento de lógicas de autonomização face aos contextos institucionais e sociais envolventes.

Todavia, a estandardização dos objectivos educacionais, os constrangimentos de natureza material e a diminuição da importância das dinâmicas internas, como sejam a subavaliação do estatuto profissional dos educadores e das possibilidades, por parte das escolas, em construir um projecto pessoal ou regional na formação e qualificação escolar, contribuem para obstaculizar a produção de uma autonomia relativa das instituições escolares, dificultando, assim, as funções de mediação entre o cidadão e as instâncias educativas centrais - problemática assinalada pelas comunicações "A reforma educativa: discurso de legitimação e papel do Estado" e "Estado e feminização do ensino na viragem do século".

As diversas e diferentes intervenções nos debates não deixaram, contudo, de sublinhar que, malgrado a importância dos factores propiciadores de espaços de mediação, de autonomização dos actores sociais e da acção dos mecanismos operatórios, no sentido de possibilitar uma melhor articulação entre o quadro

normativo e as práticas sociais, os processos de anulação das oportunidades individuais e a emergência de novas clivagens sociais continuam a ter um peso significativo no grau de efectivização dos direitos de cidadania. Foi igualmente considerado que algumas das razões que se prendem com os factores de disfuncionalidades, tanto nos mecanismos da justiça e nos sistemas jurisdicionais como nas instituições escolares e programas operacionais relativos à resolução das zonas de pobreza e exclusão social, dizem respeito ao contexto político-institucional mais vasto.

Nesse sentido, foi assinalado, com base na "Introdução ao tema de Políticas, Cidadania e Exclusão Social", que a actual forma de regulação das relações sociais, caso do funcionamento do Estado-Providência, desenvolveu formas de uniformização ou de homogeneização dos comportamentos e das situações que, se é bem certo que possibilitou a expansão e a universalização dos direitos individuais, por outro lado, fez diminuir o impacto dos direitos individuais e a importância da especificidade das situações sociais, regionais, organizacionais. Os indivíduos, ao serem igualizados nas malhas administrativas, institucionais, educacionais, perdem peso específico e, portanto, direitos ou, pelo menos, a aplicabilidade diferenciada dos direitos.

Assim, no que diz respeito aos debates dos temas do nosso Grupo de Trabalho, podemos sintetizar esta última ideia dizendo que, apesar da positividade do desenvolvimento dos direitos de cidadania e das condições de integração social, algumas das disfuncionalidades relativas às dimensões abordadas (delinquência/criminalidade, marginalização/exclusão social, autonomização das instituições escolares/dependência face aos sistemas educativos) parecem resultar do desenvolvimento desse modelo de regulação social. Com efeito, a evolução deste processo político de regulação social, malgrado a sua concretização em termos de democratização e de melhoria das condições de vida, produz, porém, efeitos inesperados de segmentação, desagregação e exclusão social.

Assinalou-se, por um lado, que o funcionamento desse modelo político de regulação, ao produzir uma relativa estandardização da subjectividade, neste caso dos direitos dos indivíduos, diminui a importância das situações específicas e limita o alcance das transformações que têm por base a cidadania enquanto integração na comunidade, consagração de direitos e atribuição de competências decisórias. Por outro lado, o predomínio de uma relação mais instrumental e directa dos indivíduos com o Estado, que é também, uma das características principais deste modelo de regulação, parece ter como consequência uma perda de importância dos mecanismos de mediação das instituições e grupos sociais intermediários. Esta diminuição ou perda de significado das dimensões de especificidade, tem, assim, por efeito, entre outros, restringir ou estreitar o debate sobre as orientações colectivas da sociedade que, em geral, assentam no debate sobre as diferenças, sobre as especificidades. Por último, foi referido que, para além das razões consideradas, é preciso observar que as zonas de tensão social e de incerteza quanto às possibilidades de integração/exclusão social ou, ainda, quanto às oportunidades de comportamentos com maior ou menor grau de desvio, resultam também da produção de situações de dualismo

social, onde, aos efeitos segmentadores do mercado de trabalho (desiguais condições remuneratórias, de qualificação, de estabilidade de emprego, etc.) se associam efeitos de segmentação ou marginalização urbano-residencial e regional-cultural. Estas zonas de tensão e de incerteza social são de facto situações onde a fronteira entre a integração e a exclusão social, entre a discriminação e a segregação, se tornam cada vez mais estreitas e, em consequência, maiores são as limitações que surgem na efectivação dos direitos dos cidadãos.